

A Etiópia e o Brasil

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA

O que há de comum, em termos políticos, entre o Brasil, a Etiópia, a Romênia e o Afeganistão?

Na saída dos soviéticos do Afeganistão todos analistas políticos previram a queda de Cabul em semanas, alguns chegaram a falar de dias. Passaram-se anos e até agora nada. Por quê? As razões podem ser encontradas no imenso mosaico de partidos e movimentos políticos que compõem, e hoje inviabilizam, o país. Suas divisões e posições foram ampliadas pelo golpe de Estado que derrubou o rei e radicalizadas durante a intervenção soviética. Paradoxo dos paradoxos, a União Soviética estudou e atualmente estaria promovendo e apoiando o retorno do monarca como a única chance de unificação do país, a exemplo do que Juan Carlos operou na Espanha pós-Franco. O mesmo exemplo que os romenos esperam com fervor do rei Michel, cujo exílio continua mantido pelos titulares do poder em Bucareste.

Já na Etiópia, o chefe da Frente Revolucionária do Povo Etíope, Meles Zenawi, acaba de afirmar publicamente que o herdeiro do trono receberá permissão para regressar ao país, encerrando talvez seu exílio no Canadá. Caso volte ao poder seria a retomada de uma das mais antigas monarquias do mundo.

Desde o século 3 os monarcas etíopes converteram-se ao cristianismo, graças à obra de evangelização de um monge sírio enviado pelo patriarca de Alexandria. Rejeitando as decisões do Concílio de Calcedônia em 451, a igreja etíope foi considerada cismática e manteve suas tradições e ortodoxias cristãs num contexto hostil, resistindo ao arianismo, ao nestorianismo, ao animismo e ao islamismo, seguindo até hoje o ritual e o calendário copto.

Atendendo a um pedido de ajuda da

rainha etíope Helena, os portugueses chegaram a Etiópia em 1520, espantados com a descoberta de cristãos naquela parte do mundo. Os monarcas etíopes resistiam à expansão do Islã turco. Para ajudá-los D. Cristóvão da Gama desembarca em 1541 com 400 homens e inaugura episódios fantásticos de luta dos portugueses ao lado dos etíopes contra o poderio muçulmano.

Mas os soberanos etíopes saberão manter ao longo dos séculos, apesar dos avanços e recuos, a independência de seu país. No começo do século 19, após a partilha da África entre ingleses, belgas, espanhóis, franceses, italianos e portugueses, a Etiópia —junto com a Libéria— se manterá como o único país independente no continente.

No início do século 20 o imperador Hailé Selassié promoveu uma grande modernização do país. Sua tolerância política ajuda a unificar a Etiópia, cujo amálgama principal virá todavia da resistência contra a agressão italiana.

Abandonada pela Sociedade das Nações, em quem havia confiado, a Etiópia resistirá sozinha contra um exército fascista moderno de 400 mil homens. Addis Abeba cairá em 1936. Mas o imperador exilado na Inglaterra volta ao poder em 1941 e, com grande independência, retomará relações com todas nações desenvolvidas sem privilegiar a Inglaterra.

Nos anos 50, o país adota o sistema parlamentar, com a separação entre a chefia de Estado e de governo, mas segue enfrentando complexos problemas. Uma primeira tentativa de golpe de Estado, em 1960, surpreende o imperador em visita oficial ao Brasil. Ele volta a retomar o poder. Mas, em 1975, um golpe de Estado militar lança o país na turbulência da ditadura e da guerra civil. Da fome endêmica, a Etiópia passa para a fome epidêmica.

Hoje, após 16 anos de conflitos, a esperança da unidade e da prosperidade talvez possa renascer da restauração de uma monarquia parlamentar moderna e adequada às realidades do país.

E o Brasil? Após um século de fracasso republicano e presidencialista, a nação volta-se para a esperança de governabilidade representada, pela restauração da monarquia parlamentar. Não é para menos. Em 102 anos de República foram 37 presidentes, dos quais somente dez eleitos cumpriram o mandato. Sete foram depostos, um eleito renunciou, dois eleitos não chegaram a tomar posse por falecer; um assumiu pela força, tivemos duas juntas militares, dois vices que terminaram o mandato em regime de exceção e um eleito que se tornou ditador. Nos últimos 63 anos apenas um presidente civil eleito pelo povo terminou o mandato!

De hipóteses absolutamente estapafúrdia, a monarquia parlamentar já é hoje a opção de voto de 15% dos brasileiros para o plebiscito de 1993. Como assinou recentemente o historiador José Murilo de Carvalho, o fracasso republicano exige, no mínimo, que se examine com seriedade a opção monárquica. Mais do que uma opção trata-se talvez da última possibilidade de solução.

Assim como no Afeganistão, na Romênia e na Etiópia, também no Brasil a estabilidade, o progresso e a unidade do país poderão vir da restauração de um passado remoto, as monarquias parlamentares ressurgem hoje nos quatro continentes como uma solução de futuro e modernidade.

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA, 37, é doutor em Ecologia, professor da USP e chefe do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa.

